

Radicalização do Feminismo, Radicalização da Democracia^{1 2}

Maria Betânia Ávila³

Podemos definir democracia como governo pelo povo ou governo pelo poder do povo. Mas quando foi, de fato, que o povo governou? Para o feminismo, desde a sua origem, impõe-se a questão sobre as mulheres como parte do povo que governa. A esfera política foi historicamente construída como um domínio dos homens e está relacionada com a dominação sobre as mulheres no espaço da vida privada. O feminismo, como movimento político, nasce confrontando a relação entre liberdade pública e dominação privada – o que já traz uma exigência de radicalidade, de pensar a democracia, não só como um sistema político, mas como uma forma própria de organização da vida social.

A organização política do feminismo surge com a revolta das mulheres, forjada em uma experiência histórica concreta de relações sociais de desigualdade. A práxis feminista é ação política e pensamento crítico. Portanto, a radicalidade da ação está relacionada com a reinvenção da prática política e com a produção teórico-analítica feminista nos vários campos do saber. Para a construção do sujeito, conhecer e agir são dimensões inseparáveis. Isso fica mais claro quando constatamos que a produção de saber é também uma esfera da dominação masculina. Dominação simbólica diretamente voltada para reprodução da dominação e da exploração material – patriarcal e capitalista.

Enfrentando os conflitos

Há, no movimento feminista, diversidade de organizações e lutas e há desigualdade entre as mulheres que as compõem: mulheres de classes desiguais; de raças diferentes (transformadas, historicamente, em desigualdades); mulheres negras; mulheres indígenas e rurais; trabalhadoras domésticas, que constituem, majoritariamente, a classe das mulheres pobres; mulheres cujas desigualdades de classe, de raça e de gênero encontram-se entrelaçadas; mulheres lésbicas, que radicalizam contra as heranças do padrão heterossexual dominante; portadoras de necessidades especiais; mulheres de várias gerações, que trazem os conflitos inerentes entre transmissão e reinvenção.

Por isso, a necessidade de radicalizar, de viver o conflito interno no movimento – enfrentando democraticamente as várias tendências e proposições – de produzir conflito na sociedade em torno das suas proposições, de entender que radicalizar também é ser referência para outras mulheres fora do espaço da sua própria organização.

A radicalização do feminismo diz respeito a sua própria forma de organização e a sua ação no mundo. Se o movimento é radical, a sua organização exige, de imediato, os meios para enfrentar as contradições da mulher na vida cotidiana, que deve exercer o direito de existir como sujeito político – já que uma das conquistas do feminismo é a instituição da mulher como sujeito.

Para pensarmos em uma proposta radical de luta feminista, é importante pensarmos no acesso

1 Conferência realizada no X Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em outubro de 2005, São Paulo, Brasil.

2 Publicado em: Cadernos de Crítica Feminista, Número 0, Ano I, Recife: SOS CORPO, 2007.

3 Maria Betânia Ávila é doutora em Sociologia e pesquisadora. Integra a Coordenação Colegiada do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia.

aos espaços de luta. Caso contrário, a desigualdade social e as discriminações se transformam perversamente em um déficit do sujeito. No cotidiano, há bloqueios para as mulheres se movimentarem entre as esferas pública e privada, como a violência sexual e doméstica, o preconceito, a dupla jornada de trabalho e a falta de tempo.

O trabalho das mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva está marcado pela desigualdade da divisão sexual do trabalho. Precisamos responder teórica e politicamente à transformação dos fundamentos econômicos dessa divisão e das relações sociais por ela produzida.

A mercantilização do corpo das mulheres, do prazer, e a banalização da exploração sexual são dimensões importantes da globalização econômica. As mulheres são consideradas alvos estratégicos do consumismo e o apelo sexual é o elemento central deste método. A indústria cultural, por intermédio dos diversos meios de comunicação, produz, cotidianamente, as mais enlouquecidas formas de alienação e apreensão de todas as propostas de liberdade e igualdade. É também no terreno da sexualidade que a força repressiva das instituições religiosas e fundamentalistas tem produzido controle e abusos em nome de princípios transcendentais.

A ilegalidade e a clandestinidade do aborto, por exemplo, sempre serviram aos interesses mercantis e ao poder das igrejas na dominação sobre a vida das mulheres. Na América Latina e no Caribe, o poder do Estado esteve historicamente nas mãos de homens, em sua maioria, ligados aos senhores da terra, da indústria e do capital financeiro, subordinados e aliados dos senhores do Norte.

O patrimonialismo, que teve grande peso na conformação desses Estados, a violência no campo, a violência sexual, o racismo, a homofobia, a violência sobre o povo indígena, a concentração de renda e seu reverso, a pobreza, são marcas que persistem a partir de uma imbricada relação entre dominação simbólica e reprodução da desigualdade social.

Atuação mais popular

Um projeto político que propõe a democratização da vida social deve ser, radicalmente, contra o racismo, a heterossexualidade como modelo hegemônico, as formas autoritárias de gerir o poder político e contra as instituições que sustentam a dominação e a exploração: igreja, família, Estado e mercado. Enfim, deve ser radical no seu confronto com o sistema capitalista e patriarcal.

As mulheres, sobretudo negras e indígenas, são a maioria nos povos pobres da América Central, da América do Sul e do Caribe. Assim, se o feminismo, na América Latina e no Caribe, não enfrentar a pobreza das mulheres, a democratização da terra – e o acesso das mulheres à ela – e o direito ao próprio corpo, não pode radicalizar. O feminismo deve se popularizar e se estender por todos os cantos onde as mulheres são exploradas e violentadas, criar raízes como uma organização política voltada para a transformação social.

Por isso, duas questões devem ser assinaladas como relações dialéticas entre o feminismo e o movimento de mulheres no geral: qual é a capacidade do movimento feminista de reconhecer todas as expressões de lutas cotidianas de milhares de mulheres que produzem mudanças nas comunidades onde vivem, nas instituições onde trabalham, que se definem como feministas (ou não), e que forjam um amplo movimento de mulheres? Como o feminismo se relaciona com essa movimentação de mulheres?

A radicalidade também passa pela não aceitação da idéia de que os fins justificam os meios. Radicalizar é lutar contra a hegemonia de uma visão liberal de democracia, contra a visão da democracia liberal como a única experiência histórica e a única definição possível de democracia.

Recuperar a utopia

Quais são as formas de democracia política que forjamos, teorizamos, praticamos, defendemos e alteramos? É a representativa, a participativa, a democracia direta? Como podemos democratizar o sistema de poder político? Como o feminismo enfrenta, de fato, o sistema de poder político, produz crítica e confronto? Como se apresenta, agora, para o movimento feminista, a questão do poder?

Enfrentar este sistema – no qual as estruturas que reproduzem as desigualdades se imbricam – requer uma capacidade imensa de organização, solidariedade e generosidade em nossas articulações, bem como uma capacidade crítica para combater, em nós mesmas, as formas de agir, herdadas da tradição desse sistema e das tradições políticas autoritárias. Entre a fragmentação atomizada e os modelos totalitários, temos que inventar processos de democracia radical, capazes de alterar a ordem social vigente e as formas de fazer política. A capacidade de enfrentar as diferenças e os conflitos, democraticamente, por meio do diálogo, é um desafio para a organização do feminismo.

Negar o conflito só fragiliza a luta e diminui a capacidade de organizar uma resistência coletiva. A democracia política radical exige uma nova cultura política. É preciso repensar os métodos feministas utilizados para construir autonomia e relações não hierárquicas dentro do movimento e também em relação a outros movimentos, reafirmando sempre a pluralidade dos sujeitos. O Fórum Social Mundial nos impõe um grande desafio nesse sentido.

Diante dos desafios que temos, a mobilização e a consciência crítica são elementos estratégicos. Logo, a organização política, a socialização dos saberes e os processos educativos voltados para a formação de sujeitos são indissociáveis como método para uma práxis transformadora. Há uma relação dialética entre os processos coletivos de ação política transformadora e as experiências alternativas, as “microrevoltas”, as aquisições de direitos e a luta dentro das instituições que, na vida cotidiana, forjam novas experiências.

Temos que fortalecer as bases organizacionais de um internacionalismo crítico e ativo, capaz de se opor, verdadeiramente, ao neoliberalismo, ao terror e à guerra, à mercantilização da vida e dos bens comuns da natureza, ao fundamentalismo. Um internacionalismo que atravesse, desde a luta na aldeia mais recôndita, até os grandes centros urbanos.

Devemos recuperar a utopia – no sentido defendido pela filósofa feminista Françoise Collin – como fratura permanente com o que há, como abertura para transformar e não como representação de um modelo. A feminista Cristina Buarque defende a necessidade de mostrar, claramente, o que rejeitamos, de expressar com determinação o nosso confronto.

O momento da ação política transformadora também é o momento da invenção de novas relações, de construção de subjetividade e, portanto, da reinvenção coletiva e da reinvenção de nós mesmas.